

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2498/2021



BAHIA

NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2021: ASSEMBLEIAS REPUDIAM A CONTRAPAUTA PORCA DOS PATRÕES E APONTA O CAMINHO PARA A VIRADA DO JOGO: UNIÃO E LUTA



Das diversas Assembleias e reuniões que realizamos entre sexta e ontem na capital e interior, as de Salvador tiveram tempo de duração até além do normal (a de sábado durou mais de 3 horas), demonstrando o grande interesse dos colegas de participar e contribuir com a luta. Os vigilantes falaram e expressaram sua indignação com os patrões.

A direção do Sindicato lembrou da pauta da categoria, que foi reafirmada:

- Reposição da inflação + ganho real de 10%
- Piso de 2.000
- Ticket Refeição de 30 reais;
- Vale Transporte sem desconto;
- Gratificação de 15% para vigilante de banco;
- Hora extra da reciclagem (dos dias de folga na reciclagem);
- Fim dos alojamento nas escolas.

Hospedar em hotel;

- Piso para Vigilantes de Escolta, Eventos e Monitoramento;

- Colete Feminino;

- Entre outras (total: 18 itens);

Apresentada, lida, esclarecida a contrapauta (pauta porca) patronal, nenhum vigilante presente à assembleia se habilitou a defendê-la.

O repúdio foi unânime.

Só para quem for muito pelego para aceitar:

- Tirar da remuneração do vigilante 2.530 reais por ano;

- Elevar o desconto do ticket de 15% para 20%;

- Reduzir o valor do intervalo intrajornada de 144 para 48 reais por mês;

- Reduzir o adicional noturno de 35% para 20% (100,80 a menos por mês);

- Acabar com manutenção de armas e munições;

- Retirar dos postos: lanternas e assentos;

- Retirar o pagamento do Dia do Vigilante;

- Autorização do Sindicato e da Categoria para instituir o banco de horas (banco ladrão);

- Demissão voluntária (sem os 40% do FGTS, por exemplo);

- Aval do Sindicato para o Termo de Quitação Anual;

- Quebra ou fim da 12/36;

- Curso de reciclagem/atualização somente nas folgas ou fim de semana;

- Autorizar o desconto de objetos roubados no posto.

- Entre outras porcarias.

Tudo isso a troco de REAJUSTE ZERO.

Se em vários estados (AL, SE, AM, DF, ES, GO, SP, PR, PE, RN, por exemplo) os patrões e os Sindicatos já fecharam Acordo Coletivo para 2021,

com reajustes ou reposição da inflação em média superior a 5%, na Bahia só querem tirar.

Tudo isto foi vigorosamente REPUDIADO!

Para responder aos PIORES PATRÕES a sugestão das assembleias é:

- **MUITA UNIÃO**

- **CONSCIENCIA DO NOSSO VALOR E DA NOSSA CAPACIDADE DE LUTA.**

- **MOBILIZAÇÃO**

- **PARTICIPAÇÃO.**

Para a próxima terça-feira, dia 02 de fevereiro, às 14h30, está prevista uma 4ª rodada de negociação e nos próximos dias voltaremos a chamar a categoria para avaliarmos o cenário e os próximos passos da luta.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

A VOZ DOS VIGILANTES

BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - JANEIRO/2021 - Edição nº 02

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207-8257

SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS REALIZA SORTEIO DE PRÊMIOS PARA OS ASSOCIADOS

DEZENAS DE VIGILANTES FORAM CONTEMPLADOS NA PREMIAÇÃO

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou, na tarde desta sexta-feira (29), um grande Sorteio de Prêmios para todos os vigilantes associados da capital e interior. Ao todo, foram sorteados 40 prêmios, entre Geladeira, Smart TVs, Microondas, Mochilas Táticas, Liquidificadores, Ventiladores, Cafeteiras e muito mais.

O evento reuniu Diretores e representantes da categoria na sede da entidade e foi transmitido ao vivo pela Rádio Difusora de Alagoas e pelos canais do YouTube e Facebook. Na oportunidade, a Diretora Mônica explicou que o sorteio foi uma boa alternativa encontrada pelo Sindicato, já que este ano não foi possível realizar a confraternização geral por conta da pandemia.

Na ocasião, o presidente do Sindicato, José Cícero Ferreira, agradeceu o apoio de toda a categoria ao longo do ano e aproveitou a oportunidade para lembrar os colegas vigilantes que faleceram no ano de 2020 em decorrência da pandemia, prestando sua solidariedade em nome de todos os Diretores.

"Essa pandemia deixou a categoria muito triste pelos companheiros que se foram, inclusive Diretores como o Manoel e o Messias que farão muita falta para todos nós. Mas precisamos seguir em frente com o compromisso de defender os trabalhadores e por isso continuamos na luta!", afirmou Ferreira.

O presidente também externou sua gratidão e reconhecimento à Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço, na pessoa dos companheiros José Boaventura e Jaqueline, e a todos os Sindicatos de Vigilantes do Brasil, especialmente do Nordeste.

Como seria o enfrentamento da pandemia sem a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil?

Questionamento foi levantado na oficina do Fórum Social Mundial que debateu a importância das instituições financeiras públicas para a economia e a sociedade



No ano de 2020, em meio a uma das mais graves crises econômicas e sociais das últimas décadas, os bancos públicos se mostraram essenciais a fim de amenizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus. A Caixa atendeu mais de 100 milhões de brasileiros por meio do pagamento dos auxílios emergenciais e o Banco do Brasil foi a instituição financeira que mais concedeu crédito para as micro e pequenas empresas. Tudo isto ocorreu sob um governo de orientação estritamente neoliberal, que pretende dismantelar o Estado e as empresas públicas.

Sob este cenário, economista e dirigentes sindicais bancários reuniram-se virtualmente nesta quinta-feira (28), no Fórum Social Mundial,

afim de debater e reforçar o papel dos bancos públicos na economia e a sua importância para a sociedade no painel “A Defesa da Caixa e do Banco do Brasil frente aos ataques neoliberais do governo Bolsonaro”.

O economista Sérgio Mendonça, do site Reconta Aí, enumerou a atuação e os efeitos diferenciados dos bancos públicos na economia e na sociedade:

- Bancos privados têm horror a qualquer tipo de risco: enfrentamento da crise foi e está sendo um papel da Caixa e do Banco do Brasil, tanto em 2008 como agora em 2020 – com o Pronampe, pagamento do auxílio-emergencial e FGTS;
- Corrigem falhas de mercado: são os

públicos, e não os privados que investem nas regiões menos desenvolvidas e na população de renda média e mais baixa;

- São os principais financiadores do longo prazo: No Brasil, 86% do crédito (acima de 5 anos) é feito pelos bancos públicos;

- Operam as grandes políticas sociais: Minha Casa, Minha Vida; agricultura familiar; apoio a infraestrutura, entre outras. Segundo Mendonça, a cada R\$ 1 captado pelos bancos públicos, R\$ 9 retornam para a sociedade (segundo as regras de Basileia);

- Bancarizam a população de renda mais baixa: quase mil municípios só possuem agências de bancos públicos, e centenas não têm nenhuma. Sem os bancos públicos, milhares de brasileiros teriam muito mais dificuldade de acessar programas sociais ou qualquer atendimento bancário;

- Rentáveis e sociais: São capazes de ganhar nas linhas comerciais que mais dão retorno, e aplicar nas políticas sociais;

- Compram títulos do governo: financiam as políticas macroeconômicas através do financiamento da dívida pública;

- Podem acelerar o crescimento econômico: têm a capacidade de subsidiar linhas de crédito;

- Podem regular o mercado: como foi feito na crise financeira de 2008, os bancos públicos têm a capacidade de puxar para baixo a taxa de juros.

“[Isso] se houver um governo com uma política clara de estímulo ao crédito e ao desenvolvimento regional”

Sérgio Mendonça

- Fornecem quadros competentes para administração pública: Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Basa, BNB e outros bancos públicos sempre foram importantes fornecedores de gestores, capacitados por concurso, para o setor público;

- Apresentam lucros altíssimos: e pagam dividendos à sociedade.

Estratégicos

“O Brasil tem sorte de contar com bancos públicos, mas há uma política intencional do governo Temer, e agora do governo Bolsonaro de enfraquecê-los para fortalecer os privados, por meio da redução da captação; do enfraquecimento do BNDES; de planos de demissão”, disse Mendonça.

“Bancos públicos são estratégicos para qualquer país, e o Brasil ainda tem bancos públicos para utilizar no projeto de retomada do desenvolvimento, e o exemplo mais evidente [da importância] foi agora: como seria sem a Caixa, sem o pagamento do auxílio-emergencial, como seria sem o Banco do Brasil e os outros bancos públicos, que apoiam a agricultura familiar e utilizaram o Pronampe para apoiar as micro e pequenas empresas?”, questionou o economista.

Contraponto ao sistema econômico atual

Ivone Silva, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, ressaltou a importância do Fórum Social Mundial no contraponto a um modelo econômico em que, apenas em 2020, em plena pandemia do coronavírus, as 500 pessoas mais ricas do planeta aumentaram suas fortunas em US\$ 1,8 trilhão, um salto de 31%, segundo o Índice de Bilionários da Bloomberg.

A dirigente enfatizou a importância dos bancos públicos para a redução das desigualdades sociais. “Nós conversamos com bancários e clientes do Brasil inteiro e sabemos como é importante, principalmente agora, por causa da pandemia, ter agências também nos municípios menores e mais isolados do país.

“Aposentados de muitos municípios precisam viajar duas, três horas para poder sacar a aposentadoria, porque moram em cidades que não têm nenhuma agência. E sob o governo Bolsonaro isso está piorando, porque o projeto dele é fechar mais agências, e enfraquecer o papel dos bancos públicos, os únicos que fazem o papel social, já que privados não cumprem esta função”, disse, lembrando que várias cidades do país só contam com agências do Banco do Brasil e da Caixa.

Apoio a micro e pequenas empresas na pandemia

Durante a crise causada pelo coronavírus, o Banco do Brasil concedeu R\$ 6,6 bilhões em crédito para 110 mil micro e pequenas empresas por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Para efeito de comparação, por meio do mesmo programa, o Itaú concedeu R\$ 3,9 bilhões para 42 mil empresas.

“Os bancos privados vislumbram o lucro imediato, e os públicos desempenham papel social, e nem por isto deixam de ter lucro”, acrescenta o diretor do Sindicato de São Paulo e coordenador da Comissão de Organização dos Empregados, João Fukunaga.

Contudo, a equipe econômica de Bolsonaro pretende realizar mais uma reestruturação, com objetivo de fechar 361 unidades no país – sendo 112 agências, 7 escritórios e 242 postos de atendimento –, demitir 5 mil bancários e descomissionar centenas de funções.

Paralisação sexta 29

Por conta desta intenção do governo federal, os trabalhadores do Banco do Brasil fizeram uma paralisação de 24 horas nesta sexta-feira (29). O aumento da digitalização bancária é o principal argumento utilizado pelo governo federal para o fechamento de agências e a demissão de mais 5 mil trabalhadores.

“É muito fácil falar sobre digitalização se olharmos apenas as grandes capitais, que têm estrutura de telecomunicação, mas no interior dos Estados essa tecnologia não chega. E também há a questão do nível de escolaridade”, disse Fukunaga.

Em um teste, dirigentes conversaram com trabalhadores da limpeza e segurança de agência do Banco do Brasil, e muito pouco deles utilizam a digitalização bancária, seja porque não têm recursos para arcar com pacote de dados, ou porque falta conhecimento para operar aplicativos. “Essa reestruturação irá tirar o serviço bancário, o único acessível, para essas pessoas, e focar na classe média e alta”, disse

Fukunaga.

Banco do Brasil e Caixa demitiram mais que privados

Entre 2014 e 2020, o Banco do Brasil fechou 19,5 mil postos de trabalho (variação negativa de 17,5%) e a Caixa 16,9 mil postos de trabalho (variação negativa de 16,9%), enquanto que o Bradesco abriu 414 postos de trabalho, (variação positiva de 0,4%), o Itaú fechou 1.920 vagas (-5,1%), e o Santander 4,1 mil postos (-8,4%). “É um dado que reforça uma política agressiva de diminuição de postos de trabalho nos bancos públicos e um ataque frontal ao Banco do Brasil e à Caixa”, reforçou Fukunaga.

Construção de paralisações e defesa das empresas públicas

Dionísio Reis, diretor executivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, lembrou que a Caixa é o único banco que paga benefícios para as pessoas, ao contrário dos outros bancos que se limitam a cobrar.

“A relação da sociedade com a Caixa, que já era grande por conta do FGTS, e de programas como Minha Casa Minha Vida, se aprofundou mais com o pagamento do auxílio-emergencial e a bancarização de 100 milhões de pessoas invisibilizadas pelo setor financeiro. A pandemia e a crise mundial reforçaram o entendimento de que sem os bancos públicos não tem como melhorar a situação econômica”, disse Dionísio.

“As entidades têm que investir na construção de paralisações dos trabalhadores e na defesa das empresas públicas como fundamentais. E a sociedade precisa entender que não é o investimento privado que alavanca o desenvolvimento do zero, mas o público”, afirmou.

FONTE: CONTRAF

CUT defende reedição da MP 936 aprovada no Congresso para pagar novo BEm

CUT defende que nova suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salários seja feita nos moldes da MP nº 936. Para Valeir Ertle, antecipar o seguro-desemprego não resolve crise econômica

ROBERTO PARIZOTTI



O governo federal deve anunciar volta da suspensão dos contratos de trabalho e da redução de jornada e salários. Os cortes nos vencimentos dos trabalhadores de 25%, 50% ou 70% e a suspensão dos contratos valerem de junho a dezembro de 2020, após a aprovação pelo Congresso Nacional do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), na Medida Provisória (MP) nº 936.

A nova proposta que está sendo discutida pelo governo federal foi divulgada nesta quinta-feira (28) pelo jornal Folha de São Paulo. O tema foi

discutido entre Jair Bolsonaro (ex-PSL), equipe econômica e empresários do setor de bares e restaurantes, que querem a reabertura de seus estabelecimentos, mesmo com a pandemia. O presidente, segundo o jornal, teria dado 15 dias para a equipe econômica detalhar a proposta.

O que se sabe até agora é que o governo federal prevê o uso de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que arcaria com a antecipação do seguro-desemprego aos trabalhadores que tivessem redução salarial e/ou contratos suspensos.

Embora as medidas ainda não tenham sido apresentadas formalmente, a possibilidade do trabalhador ficar sem o seguro-desemprego mais adiante, é vista com restrições pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O secretário de Assuntos Jurídicos da entidade, Valeir Ertle, diz que na última reunião do Conselho Nacional do Trabalho, com a presença da CUT e demais centrais, a bancada dos trabalhadores voltou a discutir esta possibilidade, mas somente nos mesmos moldes da MP nº 936, em que o governo federal fazia um aporte financeiro para quem teve redução de salário ou contrato suspenso.

Outra medida defendida pelos trabalhadores é que a autorização seja feita em acordo coletivo e não individual como foi o último BEm. Durante a validade do programa foram feitos cerca de 20 milhões de acordos entre 9,838 milhões de trabalhadores e 1,464 milhões de empregadores, segundo o Ministério da Economia.

“De onde virão os recursos do governo federal é o que menos importa, mas não adianta nada se o trabalhador perder mais adiante o seguro-desemprego. Sem auxílio emergencial e sem vacina, as chances da economia retomar o crescimento é praticamente nula, e o trabalhador vai perder da mesma forma seu emprego”, alerta o dirigente.

Para ele, medidas de proteção ao emprego, iguais a MP nº 936, devem ser criadas e mantidas até o final do deste ano, já que o fechamento do comércio e serviços e as restrições à circulação de pessoas ainda irão persistir até que a vacinação contra a Covid-19 faça o efeito necessário e ponha fim à pandemia.

“Se não houver uma campanha forte de

vacinação, não importa se a dose venha da China, da Rússia ou de outro país qualquer, que imunize os trabalhadores e possamos voltar à normalidade e a economia seja reativada, vai ficar neste ‘abre e fecha’, ampliando a insegurança financeira do trabalhador. Suspender contratos e reduzir salários, sem ter certeza que a economia retomará seu crescimento, só vai fazer o trabalhador ser demitido depois de um período de estabilidade no emprego,” critica Valeir.

A proposta do governo de utilizar recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) pode provocar desequilíbrio maior no Fundo, que já tem previsto um rombo de R\$ 3,1 bilhões, em 2021, diz o economista Clovis Scherer, que assessora a CUT junto à bancada dos trabalhadores, que faz parte da Comissão Tripartite do FAT, formada ainda por representantes dos empresários e do governo federal.

Scherer acredita que apesar do rombo, o Fundo recuperaria seu orçamento mais adiante, se não houver a necessidade de mais desembolsos do seguro-desemprego.

“ A recuperação dos recursos do FAT vai depender da confiança de que a economia vai se recuperar ao final do período da suspensão de contratos e redução de jornadas e salários. Se o Fundo financiar esse benefício e a recuperação econômica acontecer não haverá despesas com o seguro-desemprego, e o FAT estará ajudando o país a atravessar um período de crise”, diz Scherer.

O problema, segundo ele, é que sem o auxílio emergencial para ajudar na retomada da economia e sem a vacina contra a Covid-19, nada disso poderá ter efeito.

“O governo diz que não pode pagar um novo

benefício por que tem de respeitar o teto de gastos públicos [que congelou os investimentos por 20 anos]. Com um orçamento estrangulado, ele vai depender do comportamento da economia e, diante da crise, o número de pessoas que necessitarão de um auxílio pode ser ainda maior do que no ano passado. Sem dinheiro novo circulando, não há garantias que este trabalhador vá manter o seu emprego”, afirma Scherer.

Para ele, o trabalhador será levado a aceitar mais uma vez a suspensão dos contratos ou a redução salarial para manter seus rendimentos, mas viverá preocupado com a possibilidade de ser demitido, após o período de estabilidade que deverá ter ao aceitar uma dessas propostas.

Basear o benefício numa antecipação do pagamento do seguro-desemprego é fazer aposta de risco na recuperação econômica. E a resposta a este grande ponto de interrogação só virá depois da vacinação da população-
Clovis Scherer

Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

A única possibilidade do FAT financiar a redução de jornada e salários e a suspensão de contratos é tornar este benefício uma modalidade do seguro-desemprego. Isto porque, por lei, o Fundo tem quatro finalidades específicas: financiamento do seguro desemprego, do abono salarial, das políticas de educação profissional e políticas de desenvolvimento econômico. O Fundo não pode financiar outros benefícios que não estejam previstos em Lei.

Para 2021, a previsão é que o Fundo desembolse R\$ 19 bilhões para o pagamento do abono salarial, R\$ 42 bilhões do seguro-

desemprego mais R\$ 17 bilhões destinados ao BNDES, superando a receita em R\$ 3 bilhões neste ano.

O FAT tem recursos na ordem de R\$ 364 bilhões, mas R\$ 305 bilhões estão com o BNDES para que o banco dê crédito às empresas e invista em desenvolvimento. Por lei, 28% do que o FAT arrecada são destinados ao banco. Os investimentos que o Fundo tem à disposição e pode e colocar à venda são da ordem de R\$ 29 bilhões.

“Para utilizar os recursos do FAT, o governo teria de incluir essa medida dentro do programa do seguro desemprego, como é o caso do layoff, que concede bolsa qualificação vinculada a cursos de de formação profissional”, explica Scherer.

CUT e centrais defenderam extensão do seguro-desemprego

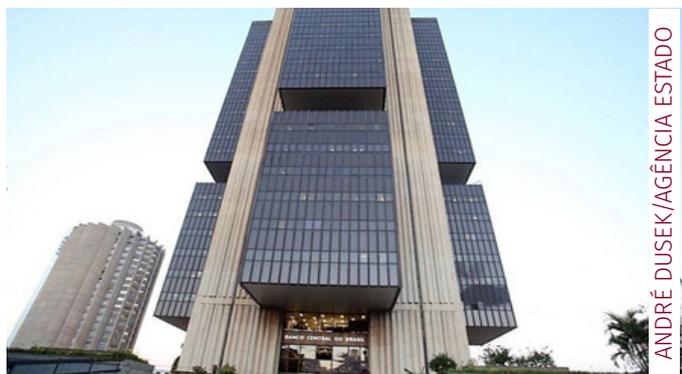
A diferença entre a proposta do governo e a que a CUT e demais centrais fizeram em novembro do ano passado, do pagamento de mais duas parcelas do seguro-desemprego para a atual, é que o dinheiro seria dado ao trabalhador que tinha carteira assinada e foi demitido, e não como forma de compensação para as empresas que querem se beneficiar de gatos menores com a mão de obra. Na época, as bancadas governista e dos patrões derrubaram a proposta dos trabalhadores.

“Era uma situação emergencial para que aquelas pessoas não ficassem sem nenhuma renda. Neste caso o trabalhador se sentirá na obrigação de aceitar, mas sem seu direito ao seguro-desemprego numa demissão posterior ficará comprometido”, afirma o economista Clovis Scherer.

FONTA: CUT - Rosely Rocha

Primeira etapa do open banking começa a funcionar nesta segunda. Saiba mais

Sistema de compartilhamento de informações entre instituições financeiras será implementado até dezembro e em quatro fases diferentes



Planejado para facilitar o surgimento de novos produtos e serviços para o cliente, o open banking começa a entrar em funcionamento a partir desta segunda-feira (19/2). Será a primeira das quatro etapas totais da infraestrutura de funcionamento dessa nova modalidade, que permitirá o compartilhamento padronizado de dados e serviços pelas instituições participantes.

A ideia é usar um conjunto de programas que promoverão a conexão entre os bancos e financeiras participantes e as informações que serão trocadas entre elas. A previsão é que esteja em funcionamento total até o fim do ano.

PUBLICIDADE

O mercado financeiro começou a se preparar para a chegada do open banking ainda em 2018, quando houve a montagem de times internos com especialistas para domínio do assunto. De forma paralela, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) criou grupos de trabalho para aprofundar o tema e contribuiu com recomendações técnicas e operacionais para trazer maior segurança ao funcionamento do sistema.

“O open banking incentivará a inovação e tende a intensificar as ofertas de valor para os clientes, com novos produtos e serviços,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

acelerando a transformação digital do mercado financeiro. A expectativa do setor bancário com sua chegada é bastante positiva”, registrou Isaac Sidney, presidente da entidade.

Etapas

Nesta primeira etapa, as instituições participantes devem entregar informações sobre seus canais de atendimento – como localidades das agências, horários e os serviços de atendimento aos clientes, tanto telefônicos quanto digitais. Também informam dados e características sobre os todos produtos e serviços oferecidos. O acesso a estas informações será público e os dados do cliente não entram nesta fase.

Na próxima fase, que se encerra em 15 de julho, as instituições poderão trocar entre elas dados de cadastros e transações de clientes, mas desde que haja autorização prévia do consumidor. Caso o cliente autorize, poderão ser compartilhadas entre os bancos e financeiras os dados do cliente, como nome, endereço, CPF. Também poderão ter acesso a informações sobre movimentação financeira, como contas, empréstimos e financiamentos, por exemplo.

Já na terceira fase, prevista para 30 de agosto, será possível que o cliente pague contas e faça transferências bancárias fora do internet banking ou do aplicativo do banco, por meio de um aplicativo intermediário.

Por fim, na quarta etapa, prevista para dezembro, ainda em discussões técnicas entre os participantes, se refere ao compartilhamento dos demais dados financeiros do cliente, como os de produtos e serviços de operações de câmbio, investimentos, seguros e contas-salário.

FONTE: METROPOLES - CAIO BARBIERI

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF